

Índice

Para uma revisitação improvável	11
Breve esclarecimento	17
Psicanálise mítica do destino português	23
Repensar Portugal	67
Da literatura como interpretação de Portugal	80
A emigração como mito e os mitos da emigração	118
Somos um povo de pobres com mentalidade de ricos	127
A imagem teofiliana de Camões	136
Camões no presente	148
Sérgio como mito cultural	158
Psicanálise de Portugal	173
O autor e a obra	181

Para uma revisitação improvável

Há vinte e dois anos, quando publiquei *O Labirinto da Saudade*, Portugal acabava de perder o seu velho império. E com ele — pensava eu — uma certa maneira de imaginar o seu passado através de uma mitologia responsável pelo fim da nossa história de nação colonizadora. Parecia, então, que o aparente fracasso da nossa mitologia imperial oferecia uma boa ocasião para «repensar Portugal», para pôr a nu as raízes de um comportamento colectivo que nos levara, não àquele fim de império, que era inevitável, mas a uma guerra absurda, politicamente anacrónica e eticamente contrária à mitologia mesma do nosso colonialismo «exemplar», com o seu famoso humanismo cristão a servir-lhe de referência e de caução.

Não fui a única pessoa, em Portugal, que pensou, então, que era urgente reformular o nosso discurso histórico e cultural. O grande ensaísta e jesuíta Manuel Antunes pensou o mesmo. Creio que ambos nos enganámos e eu, pelo radicalismo do exame de consciência que propunha, mais do que ele.

Passado um momento, brevíssimo, em que pareceu possível discutir, meditar, interrogar, a nossa mitologia cultural, miticamente épica, parada na idade de ouro a que Vasco da Gama e

Camões conferiram os seus títulos de nobreza, caímos na mesma tentação onírica e irrealista que se denunciava no *Labirinto*. E agora por conta de uma grandeza e de um império que não existem. Em si, a revolução de Abril não é responsável por este regresso recalçado. O futuro-outro que ela prometera, à parte (e não é pouco...) o triunfo e consolidação, na metrópole, da democracia de tipo europeu que não conhecêramos durante meio século, não se cumpriu. Pelo menos não instituiu ou contribuiu para instituir uma nova cultura democrática desvinculada da antiga cultura arcaico-imperialista. Sem dúvida porque é impossível. Seria absurdo que nos desfizéssemos, por milagre, de um passado, de uma memória, de uma identidade que se forjou ou se exaltou precisamente com os Descobrimentos e de que a aventura colonial foi a consequência. Mas, não sendo possível nem desejável fazer tábua rasa do passado, mesmo na particular visão acrítica que sustentara o regime de Salazar, era natural que esse passado fosse revisitado, reexaminado, situado e lido na perspectiva de uma consciência mais exigente e crítica, realista, que devia ter sido o natural complemento de uma revolução libertadora.

Nos últimos anos, uma intensa actividade historiográfica, aproveitando a atmosfera de liberdade trazida pela revolução, manifestou-se interessada em traçar uma imagem de Portugal mais conforme com a sua histórica experiência, reatando o fio da grande historiografia liberal do século XIX. É ainda cedo para lhe apreciar os frutos e saber se sim ou não o nosso quase fatal pendor para o «irrealismo» está finalmente a contribuir para uma nova visão da nossa cultura no contexto da mundialização.

Na aparência, o país que há vinte e dois anos podia justificar um livro como *O Labirinto* já não existe. Nestas duas décadas não mudámos apenas de estatuto histórico-político, de civilização e de ritos sociais que julgávamos, lamentando-o, característicos de uma sociedade quase marginal em relação aos padrões europeus. Mudámos, literalmente falando, e sem quase nos darmos conta disso, de mundo. Mudámos porque o mundo conhe-

ceu uma metamorfose sem precedentes, não apenas exterior, mas de fundo. Já não habitamos o mesmo planeta, e não apenas porque nos fins da década de 80 caiu o muro de Berlim e com ele findou o conflito entre duas concepções da economia, da história e da sociedade que julgávamos destinadas a um futuro sem fim à vista. Deixámos de ser, como durante séculos, uma pluralidade de nações ou povos, potencialmente ou imaginariamente senhores dos seus destinos, embora a ilusão de o ser seja mais forte do que o desmentido permanente que a força das coisas lhes inflige. Sem surpresa, esta avassaladora dissolução das entidades clássicas a que chamávamos nações compensa-se com a reivindicação de microidentidades virulentas ou superidentidades simbólicas de que o País Basco, a Irlanda, a Flandres, os novos Estados balcânicos, a Catalunha, a Lombardia, são exemplos. E ninguém sabe se são apenas vestígios de arcaísmo tribal de nova espécie, se anúncio de um mundo ao mesmo tempo globalizante e intimamente fragmentado.

Que nos aconteceu a nós? Em *Portugal como destino*, que é a possível revisitação do *Labirinto*, tentei responder à questão. Nos seus já longos oito séculos de existência — fórmula, no fundo, pouco pensável, pois não tem em conta a permanente reciclagem de si mesma que é a vida de qualquer povo — Portugal nunca sofreu metamorfose comparável à dos últimos vinte anos. Não foi apenas uma mudança exterior, uma dilatação comparável à do tempo em que se tornou país das Descobertas, mas uma alteração *ontológica*, se isto se aplica a um povo. Estamos tão dentro dela que a não podemos pensar. Que mais não fosse, caracteriza-a o facto de tal metamorfose não ser obra sua, ou eminentemente sua, como o foi noutras épocas. Trata-se de um fenómeno mais vasto, o fim da civilização europeia sob paradigma cristão e iluminista, se é lícito associar estas duas matrizes da milenária e agora defunta Europa.

Não há jubileu, alheio ou nosso, que possa mascarar, não o mero fim de um conflito que marcou o nosso século, mas o esgotamento, não apenas na cabeça e na sensibilidade de uma elite

como no século XIX, mas no coração e na inteligência do cidadão comum, de uma cultura com dois mil anos de passado. Em pouco mais de vinte anos, o Ocidente, mas sobretudo a Europa, entrou, com mais facilidade do que os Judeus no mar Vermelho, na idade pós-cristã.

Muitos encontrarão o diagnóstico alucinatório, sobretudo os que mais contribuem para lhe dar vida. O futuro o dirá. Alguns lembrar-me-ão que o folclore cristão continua intacto, como se o do paganismo alguma vez tivesse soçobrado. Outros pensarão, como já no fim do século XIX julgava Eça de Queirós, que uma religiosidade vagamente ecuménica, vagamente budista, substitui e refina a clássica mitologia cristã. Poucos defenderão, como Kierkegaard, que a derrocada do cristianismo e da cultura que ele animava é apenas fictícia, pois esse cristianismo nunca foi mais, salvo para raros, do que a máscara de um paganismo eterno e inexpugnável.

Sem se problematizar tanto, como é sua tradição, o nosso Portugal — podíamos dizer a nossa Espanha, a nossa Itália, sem falar da Europa há muito protestante — saiu do seu cristianismo, que entre nós era e foi sempre catolicismo, como se nunca lá tivesse entrado. Saiu por dentro, não por fora. Talvez o país nunca tenha sido tão sociologicamente, tão consensualmente, «católico». Já ninguém discute esse tipo de catolicismo, como se viu por ocasião da consagração dos três pastorinhos. Pedimos até, ostensivamente, perdão de termos sido os maus cristãos que fomos a quem não nos pediu contas de termos sido, através de continentes, os «exemplares» portadores do Evangelho. Embarcámos, cantando e rindo, na *Nave qui va...* de Fellini, contemporâneos do *Satyricon*, como ontem o éramos dos «autos de fé», donde recebíamos o estímulo vital da ortodoxia. Tudo na mais perfeita felicidade televisiva, convertidos nos *big brothers* uns dos outros, afinal castiça vocação nossa de familiares do Santo Ofício por conta do Senhor do amor universal.

Onde estamos, afinal? Simbolicamente, não num sítio muito diverso do que era o nosso há vinte anos, mas desta vez e para

sempre não sós. Como todo o Ocidente, tornámo-nos «todo o mundo e ninguém». A nossa visceral «hiperidentidade» nada tem de irónica, tal como era descrita no *Labirinto*. Somos, enfim, quem sempre quisemos ser. E todavia, não estando já na África, nem na Europa, onde nunca seremos o que sonhámos, emigrámos todos, colectivamente, para Timor. É lá que brilha, segundo a eterna ideologia nacional veiculada noite e dia pela televisão do Estado, o último raio do império que durante séculos nos deu a ilusão de estarmos no centro do mundo. E, se calhar, é verdade.

Vence, 23 de Outubro de 2000

Breve esclarecimento

[...] também esse (Antero) consultou Charcot. De nada lhe valeu, diga-se de passagem, pois a sua doença continua ainda hoje a ser para nós um mistério.

ARMANDO DA SILVA CARVALHO, *Portugues*

No país vizinho existe há muito uma reflexão tão generalizada e tão obsessiva em torno da temática do «ser espanhol», e do perfil do destino hispânico, que uma ensaísta pôde organizar uma nutrida antologia subordinada ao título de Preocupación por Espana. À primeira vista, os diversos ensaios e artigos deste livro parecem relevar dessa mesma temática, transferida para Portugal. Tal não foi, nem é, o pensamento que articula as nossas considerações. Essa famosa «preocupação com Espanha» de ressaibo unamuniano e muito século XIX, como diria Ortega, tem qualquer coisa de suspeito pelo egotismo e o clima de ressentimento de que procede. Por outro lado, a Espanha tem problemas de autodefinição nacional, dada a célebre invertebrabilidade diagnosticada por Ortega. O nosso caso é outro: tivemos sempre uma vértebra supranumerária, vivemos sempre acima

das nossas posses, mas sem problemas de identidade nacional propriamente ditos. A nossa questão é a da nossa imagem enquanto produto e reflexo da nossa existência e projecto históricos ao longo dos séculos e em particular na época moderna em que essa existência foi submetida a duras e temíveis privações.

O assunto próprio do nosso livro é pois menos o da «preocupação por Portugal», preocupação que está inclusa por definição em todas as tentativas de autognose, embora sem o relento narcisista de saber ou sofrer à Unamuno pelo «lugar» que ocupamos no mundo, que o de uma imagologia, quer dizer, um discurso crítico sobre as imagens que de nós mesmos temos forjado. Essas «imagens» são de duas espécies: uma diz respeito àquilo que, por analogia com o que se passa com os indivíduos, se poderia chamar «esquema corporal», imagem condicionante do agir colectivo cuja leitura só à rebours pode ser feita, pois são os actos decisivos dessa colectividade que permitem induzi-la; a outra é de segundo grau e constituem-na as múltiplas perspectivas, inumeráveis retratos que consciente ou inconscientemente todos aqueles que por natureza são vocacionados para a autognose colectiva (artistas, historiadores, romancistas, poetas) vão criando e impondo na consciência comum. Por gosto, por vocação, mas também por decisão intelectual fundamentada, este nosso primeiro esboço de imagologia portuguesa é quase exclusivamente centrado sobre imagens de origem literária e em particular para a época moderna, naquelas que por uma razão ou por outra alcançaram uma espécie de estatuto mítico, pela voga, autoridade e irradiação que tiveram ou continuam a ter.

Embora o meu interesse pela imagem de Portugal — e se se quiser, em particular, a «preocupação» pelo estatuto cultural que nos é próprio — tenham estado sempre presentes ao longo da minha reflexão avulsa, desde o primeiro volume de Heterodoxia, a decisão de exumar uma boa parte das considerações deste novo livro prende-se, por um lado, à mudança histórica dos últimos quatro anos, como é óbvio, por outro, à circunstân-

cia aleatória da leitura recente de livros de índole diversa, mas todos exprimindo uma vontade de renovação da imagerie habitual da realidade portuguesa. Citarei ao acaso e sem hierarquia de assunto ou valor os livros de José Cutileiro, Ricos e Pobres no Alentejo, Casas Pardas, de Maria Velho da Costa, Portuguez, de Armando da Silva Carvalho, este último centrado com uma acuidade e uma originalidade manifestas, como o ainda inédito e próximo romance de Almeida Faria, na subversão a todos os níveis da mitologia cultural lusitana e na tentativa de reformulação em termos simbólicos, os únicos próprios da escrita romanesca, de uma imagem interna da aventura nacional e, para lá, ou a par dela, da descoberta de uma nova e sempre possível passagem do Nordeste capaz de unir os incomunicáveis continentes que tempo, opressão e destino criaram no interior do nosso tão ingénuo e fabuloso diálogo mudo de nós connosco mesmos. É com esta irresistível vontade de redescoberta, ou mesmo de pulverização das imagens sobre que tão preguiçosamente temos fundado as nossas apostas ou encolher de ombros — sem esquecer as mais incisivas do nosso jovem cinema —, que me sinto sintonizado, enquanto herdeiro e caminhante paralelo de outras tentativas, acaso menos radicais, mas significativas da vontade de repensar a sério e a fundo uma realidade tão difícil de aprender como a portuguesa¹. Que outra oferece ao mais desprevenido exame esta dupla e, na aparência, insolúvel particularidade: a de nos parecer a todos ao mesmo tempo tão simples, tão desarmante e aproblemática, a pontos de corresponder à ideia idílica da vida e da sociedade portuguesa, tantas vezes ilustrada por nacionais e estrangeiros; e tão labiríntica e complexa apesar ou por causa dessa rasura impos-

¹ Também não deixa de ser sintomática a revisitação do «sebastianismo» através de reflexões ou obras literárias de diversa índole, desde Joel Serrão e João Medina a Natália Correia, e recentemente, em termos esotéricos, aliás, de bem diversa configuração, visões do itinerário pátrio como no de António Telmo e Dalila Pereira da Costa.

sível, mas tão bem sucedida, de uma ausência de tragédia, ressentida a cada geração como a mais refinada e incomunicável das tragédias?

Embora pensado e escrito fora de Portugal este livro não vem do que é moda designar como diáspora e muito menos de qualquer lugar ou situação que o autor ressinta como exílio. Da diáspora não procede porque nunca houve nem há diáspora alguma que toque os Portugueses. Nenhum Tito incendiou jamais o Templo-Portugal obrigando-nos à força a dispersar-nos pelos quatro cantos do universo. A nossa dispersão ao longo dos séculos e em particular o êxodo contemporâneo são de nossa exclusiva responsabilidade, determinados pela pressão secular de uma indigência pátria a compensar, ou por uma vontade bandeirante de aceder à custa de outros a melhor vida. Tudo o resto é fábula. A única diáspora da nossa história foi aquela que por pressão da catolicíssima Espanha impusemos em tempos aos nossos judeus, diáspora atroz e relativamente benigna para que séculos mais tarde os herdeiros das vítimas se orgulhem diante de Voltaire da sua antiga condição de portugueses. Diáspora miraculosa também; pois deu ao mundo Beneditus Espinosa...

Também este livro não é de exílio nem de exilado que a nenhum título o seu autor foi nunca. Digamos que é o discurso de um ausente por motivos que só a ele dizem respeito, mas que nada têm a ver com as exalações de exilados imaginários de uma pátria não menos imaginariamente ingrata. Os autênticos exilados, em Portugal, à parte o momento da reacção miguelista, foram sempre poucos, exceptuando aqueles combatentes da sombra que por natureza se destinavam a sê-lo, sem pensar mais tarde em dependurar o duro exílio aceito na lapela da alma. Exílio verdadeiro, o autor destas reflexões só o conheceu no interior do seu país, como muitos outros seus camaradas e contemporâneos, e dessa experiência procede sem dúvida a raiz última do interesse obsessivo para ver claro na realidade do povo a que pertence e para compreender a estrutura desse silêncio que periódica, se não em permanência, coage do interior o

diálogo sempre precário da cultura portuguesa consigo mesma. Felizmente que os ventos mudaram, e que a muralha visível desse silêncio orgânico ruiu, embora as pedras mortas dessa resistente Jericó tenham encontrado já cabouqueiros ávidos de as reutilizar na construção de um outro ou similar silêncio.

Pela força das coisas, todos os textos deste livro foram escritos e pensados fora de Portugal, se é que este «fora» tem algum sentido pertinente em relação ao objecto que nele se aborda. Talvez por isso, e uma vez mais, as boas almas baptizem estas considerações com o labéu de estrangeiradas. Não é apodo que as humilhe, mas não o creio exacto. Se o for, será sobretudo pelo excesso de fixação numa temática que subentende tudo quanto escrevi, mas que a ausência porventura terá reforçado. De qualquer modo, não escrevi estes ensaios para recuperar um país que nunca perdi, mas para o «pensar», com a mesma paixão e sangue-frio intelectual com que o pensava quanto tive a felicidade melancólica de viver nele como prisioneiro de alma. Menos os escrevi ainda para me justificar de um amor pátrio que não pertence ao género dos que se cantam ou descantam pedindo recompensa. Uma Pátria não deve nada a ninguém em particular. Ela deve tudo a todos. Nem a Camões, Portugal, que ele encadernou para a eternidade, devia alguma coisa. Devia-lho o rei a quem mecenaticamente fez apelo e lhe pagou como entendeu e os tempos consentiam. Do que Portugal não lhe devia e o seu amor por ela exigia, só ele mesmo se podia pagar pelas suas próprias mãos, confundindo num só canto a errância pátria e a sua mortal peregrinação. Que mais alta recompensa?

Vence, 25 de Abril de 1978.